

Declaração da CGTP-IN contra a revisão da TSU, a redução dos salários e a política de direita

1. O conjunto de medidas anunciadas pelo Governo na passada semana, destinadas a integrar o orçamento de estado para 2013, representam a insistência num modelo de redução do nível de vida dos portugueses e é responsável pela grave situação em que o país se encontra. As ações concertadas que estão em marcha, nomeadamente em relação à Taxa Social Única, mais não visam que tentar iludir os portugueses para salvar uma medida que tem como objetivo a redução dos salários dos trabalhadores.
2. De resto esta medida, a concretizar-se, teria consequências na redução do rendimento das famílias e da procura interna, no funcionamento das empresas, no aumento do desemprego e na redução da receita fiscal, numa linha de crescente empobrecimento do país.
3. Enquanto os rendimentos do trabalho continuam a ser fortemente penalizados, só nos últimos três anos os lucros distribuídos aos acionistas de 15 grupos económicos que integram o PSI 20 ascenderam a cerca de 7.500 milhões de euros. Em face do que é conhecido pergunta-se que medidas são tomadas para tributar de forma justa estes rendimentos?
4. O que está em marcha é uma tentativa de colocar a CPCS a legitimar essas medidas, e em geral a política do Governo do PSD/CDS e do “memorando” da Troika, que visa a redução dos salários e ataca os rendimentos do trabalho, deixando incólumes os rendimentos do capital ou de “outras fontes” de rendimento que não as do trabalho como, de resto, o Tribunal Constitucional em Acórdão recente referiu para fundamentar a inconstitucionalidade dos cortes salariais e das pensões. A CGTP-IN opor-se-á por todos os meios legítimos ao seu dispor a essa instrumentalização.
5. A grave situação em que o país se encontra é o resultado da política de direita que aplica o “memorando” da troika. É uma política de austeridade que colocou Portugal numa espiral recessiva, que irá continuar em 2013 e que é responsável pela destruição do aparelho produtivo, pelo aumento massivo do desemprego, pelo agravamento das desigualdades e pelo empobrecimento generalizado.
6. É preciso evitar que o país seja levado para o abismo. Por isso impõe-se uma mudança de rumo. É preciso que sejam criadas condições para que o país se desenvolva e cresça o que é incompatível com a política de austeridade que, ao reduzir os salários, as pensões e o rendimento da generalidade dos portugueses, diminui o mercado interno destruindo empregos.
7. As políticas não podem continuar a passar pela redução dos salários e das pensões. São necessárias outras medidas que permitam conciliar a redução do défice e da dívida pública com o crescimento económico e com a justiça social. É necessário proceder à reestruturação da dívida, ao combate à fraude e à evasão fiscal, à tributação adequada dos rendimentos de capital das fortunas, dos bens de luxo e dos rendimentos mais elevados e a taxação das transações financeiras.
8. A CGTP-IN desafia as confederações patronais a passarem das palavras aos atos assumindo o aumento dos salários para melhorar a procura interna, de forma que as empresas possam vender e como instrumento de motivação dos trabalhadores essencial para aumentar a produtividade.

9. A CGTP-IN não aceita que a pretexto da proteção dos salários mais baixos se queira manter a intenção de reduzir os salários por via da taxa social única e considera imprescindível aumentar o salário mínimo nacional.

10. Neste sentido, a CGTP-IN aguarda que a audiência solicitada com caráter de urgência ao Senhor Presidente da República seja realizada em tempo útil.

11. É preciso acabar com a política de direita que está a destruir os pilares do estado de direito democrático e social consagrado na Constituição. É necessário prosseguir e intensificar a luta dos trabalhadores como condição necessária e indispensável à resolução dos problemas que o país atravessa. Por tudo isto, a CGTP-IN valoriza luta desenvolvida nos vários setores de atividade e apela aos trabalhadores e trabalhadoras, aos jovens, aos desempregados, aos pensionistas e reformados para façam do dia 29 de Setembro um momento alto da luta pela mudança de política.

Lisboa, 19 de Setembro de 2012

